

A FUNCIONALIDADE DISCURSIVA DAS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS NO GÊNERO TEXTUAL MEMÓRIA LITERÁRIA

Diana Ribeiro GUIMARÃES
(Bolsista CNPQ da Pós-Graduação em Linguagem e Ensino)

Universidade Federal de Campina Grande
diana.rguimaraes@gmail.com

Resumo: Este trabalho consiste no estudo da contribuição da realização funcional-discursiva das construções apositivas para o dinamismo comunicativo do gênero textual Memória Literária. Os dados que compõem essa pesquisa foram coletados no livreto de coletâneas de memórias, o qual faz parte do material destinado aos educadores inscritos na 2ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa, no ano de 2010, disponível no site: <http://escrevendo.cenpec.org.br/ecf>. Com base nesses dados, investigamos a seguinte questão: Como se dá a realização da aposição na construção funcional-discursiva do gênero memória literária? Para isso delimitamos como objetivo específico: Descrever o processo de manifestação da aposição, em forma de sintagma simples ou clausular, no gênero memória literária. Para aprofundar nossa pesquisa de natureza qualitativa e cunho descritiva-interpretativista, nos baseamos em estudos de Cunha (2008), Neves (2006), Perini (1995), Aquino (2001), Bechara (2009), entre outros. Os resultados sugerem que as construções apositivas, caso especial de parentéticos na Memória Literária, apresentaram funções distintas que atenderam a determinados objetivos do escritor, o qual buscava estabelecer um determinado tipo de relação com o seu interlocutor, ao acrescentar uma *informação nova*.

Palavras-chave: Funcionalismo; Construções apositivas; Memória literária.

1 Considerações Iniciais

A partir da propagação das novas tendências linguísticas desenvolvidas no século XX, o professor de língua portuguesa tem uma missão extremamente desafiadora: possibilitar que o aluno seja um usuário competente da língua, desenvolvendo as habilidades de leitura, escrita e análise de textos.

Para atingir esse objetivo, os educadores empenham-se em adotar práticas teórico-metodológicas que expressem resultados mais satisfatórios para o uso da língua. E uma das estratégias utilizadas é a de seguir as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – documentos originados pelo governo federal, em 1998, com vistas a fornecer diretrizes nacionais para um ensino eficiente- atribuindo ao texto a importância de “unidade de ensino” e aos gêneros a de “objeto de ensino” das aulas de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998, p.23).

Nesse sentido, um pressuposto a ser adotado é o de que a língua não deve ser concebida como um código fechado em si mesmo, ou seja, as regras que a compõem (geralmente dispostas na gramática tradicional) não devem ser consideradas como únicas e verdadeiras. Uma vez desconstruído esse viés tradicionalista de ensino de língua, o estudo dos fenômenos linguísticos será percorrido por caminhos mais eficazes e culminará no seu destino natural: *língua como ato de interação*.

Nessa linha de pensamento, podemos destacar as contribuições da abordagem teórica funcionalista, uma vez que, como afirma Cunha (2008), a corrente linguística do funcionalismo não se limita ao nível frástico e considera a língua como processo de interação social. Ademais, ela estuda a relação entre a estrutura gramatical das línguas e a sua situação real de uso – que envolve os interlocutores, os propósitos e o contexto discursivo.

Apesar dessa inovadora perspectiva de trabalhar com a língua(gem), ainda é significativa, atualmente, a quantidade de abordagens formais (estruturais) sobre os fenômenos da Língua Portuguesa, as quais se restringem ao estudo fragmentado de frases e às suas classificações sintáticas. Um exemplo clássico disso é a classificação dos termos da oração em *essenciais, integrantes e acessórios*. O termo *aposto*, por exemplo, é destacado nas gramáticas tradicionais como *acessório*, porque desempenha na oração uma função secundária de explicar ou esclarecer outro termo da oração, como afirma Cegalla (1989), ou ainda porque pode ser retirado da oração sem causar prejuízo. No entanto, podemos comprovar, a partir do nosso estudo, a incoerência dessa afirmação, tendo em vista que a construção apositiva pode surgir de um movimento interpretativo do locutor do texto, decorrente de um detido cuidado com o dado informacional, ou então da percepção do produtor diante de um suposto interlocutor menos avisado. Logo, é correto afirmar que o aposto, assim como outros elementos sintáticos é de fundamental importância para a dinamicidade e progressão do texto, ao se considerar o uso real da língua.

Inserida no campo dos estudos do Funcionalismo, e baseada nas orientações oficiais dos PCN's da abordagem de gêneros, essa pesquisa tematiza a contribuição da realização funcional-discursiva das construções apositivas para o dinamismo comunicativo do gênero textual memória literária. A escolha por esse gênero se deu em razão de o mesmo já ter sido objeto de estudo em pesquisa monográfica, para obtenção do grau em Licenciatura Plena em Letras, pela Universidade Federal de Campina Grande. Nesse momento, o estudo foi direcionado para a investigação dos aspectos textuais que compunham o gênero memória no espaço escolar. Ocorre que, empiricamente, foi perceptível o recorrente uso real e efetivo de construções apositivas no gênero memória literária, o que nos instigou a inovar e aprofundar a pesquisa neste aspecto.

Logo, a questão que orienta essa pesquisa é:

1. Como se dá a realização da aposição na construção funcional-discursiva do gênero memória literária?

Orientado por essa questão, esse estudo objetiva, de modo geral, refletir sobre o uso e a recorrência da construção apositiva, enquanto estratégia funcional-discursiva na produção da memória literária.

Para isso, elencamos como objetivo específico:

1. Descrever o processo de manifestação da aposição, em forma de sintagma simples ou clausular, no gênero memória literária

Em virtude do exposto, esse estudo torna-se relevante, primeiro, pelo fato de analisar o papel funcional-discursivo da aposição atrelada ao seu funcionamento em uma situação sócio-comunicativa real dos usuários da língua materna – o gênero Memória Literária. E, posteriormente, pelo fato dessa pesquisa abordar uma investigação ainda não realizada na área do Funcionalismo.

Portanto, esperamos contribuir para a expansão dos estudos funcionalistas, particularmente, no que se refere ao tratamento do fenômeno linguístico da aposição, e argumentar a favor da contribuição da abordagem funcional-discursiva de elementos gramaticais a partir da abordagem de gêneros textuais na sala de aula.

Este texto está organizado em cinco partes. A primeira é esta introdução, a segunda se refere à apresentação dos principais fundamentos teóricos que apoiam a análise; a terceira diz respeito à contextualização da Memória em diferentes áreas; a quarta contempla a análise da

funcionalidade discursiva das construções apositivas no gênero textual memória literária e a quinta e última parte apresenta as considerações finais.

2 Diferentes perspectivas do fenômeno da aposição

2.1 A aposição sob a perspectiva tradicional: definições e classificação

As abordagens sobre os fenômenos linguísticos da Língua Portuguesa, atualmente, ainda se restringem ao estudo fragmentado de frases e às suas classificações sintáticas, principalmente em sala de aula, como já fora constatado por diversos pesquisadores que se atém a essa área.

Essa comprovação pode ser decorrente da metodologia adotada hereditariamente por diversos educadores de seguirem e repassarem aos alunos minuciosamente as conceituações apresentadas nas gramáticas tradicionais. Isso é recorrente, por exemplo, quando educadores iniciam o estudo da sintaxe pelo critério da tripartição dos termos da oração em *essenciais, integrantes e acessórios*.

Um breve percurso por algumas das gramáticas de língua portuguesa mostra que há uma confusão terminológica acerca da conceituação, da identificação e da classificação do termo *aposto*, por exemplo. O único fator consensual entre os gramáticos é a classificação do aposto em *termo acessório*, pelo fato do mesmo apresentar uma função secundária na oração, como afirma Cegalla (1989), ou pelo fato de não ser indispensável para o entendimento do enunciado, como apresenta Faraco & Moura (1988).

No que diz respeito à conceituação, os gramáticos, geralmente, como, por exemplo, Cunha & Cintra (1985), Bechara (2009), Faraco & Moura (1988), avaliam o aposto como termo ou expressão de caráter substantivo, ou seja, nominal. Podemos ratificar essa afirmação, a partir da definição apontada por Evanildo Bechara:

Outro componente do grupo sintagmático nominal é o chamado *aposto* (...) Chama-se *aposto* a um substantivo ou expressão ou equivalente que modifica um núcleo nominal (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva como *amanhã, hoje, etc.*), também conhecido pela denominação *fundamental*, sem precisar de outro instrumento gramatical que marque esta função adnominal. (BECHARA, 2009, p. 456)

Perini (1995), em sua *Gramática descritiva do português*, avaliada pelo autor como uma contribuição para reformulação do ensino gramatical tradicional, ressalta a necessidade de revisão do conceito de *aposto*, porém também reconhece o seu valor nominal, como pode ser observado na citação abaixo:

(...) os **parentéticos**: elementos que podem posicionar-se livremente entre os constituintes oracionais e que na escrita são sempre separados por vírgula. Os parentéticos ainda não foram estudados com o cuidado que sem dúvida merecem; mas já se pode vislumbrar o suficiente para sugerir que sua análise pode vir a ser importante para uma melhor compreensão de certos termos de comportamento algo obscuro, como o “aposto” da gramática tradicional. (...) Não é necessário, portanto, especificar uma função separada para o “aposto” da gramática tradicional: trata-se simplesmente de um caso especial de parentético- o caso em que **o elemento repetido é um SN**. (grifo nosso) (PERINI, 1995, p. 120-122)

Faraco & Moura (*op. cit.*) explana que o aposto pode ser representado também por uma oração denominada “oração subordinada substantiva apositiva”, apresentada após dois pontos, o

que a caracteriza formalmente, segundo a gramática tradicional. No entanto, mesmo sob forma clausular, a aposição ainda é de natureza substantiva. Isso pode ser explicado se considerarmos as observações realizadas por Azeredo (2000) sobre as ‘orações substantivas’:

A gramática tradicional chama ‘orações substantivas’ às estruturas do SN constituídas, geralmente, pelos transpositores *que* e *se* e uma oração. Já se vê que não é a oração, mas o SN por ela integrado, que desempenha as funções de *sujeito*, *objeto*, *aposto* etc. A oração não exerce qualquer função, e só cabe a classificação ‘substantivas’ às orações que, introduzidas por pronomes indefinidos ou advérbios interrogativos ocupem a posição de um SN, pois esses transpositores integram as orações que introduzem. (AZEREDO, 2000, p. 64)

Como podemos observar na citação anterior, o autor destaca que não devemos atribuir às orações as funções substantivas de sujeito, aposto, etc e sim ao sintagma nominal por elas integrado, já que não é qualquer oração que exerce essa função, mas somente aquelas que introduzidas por pronomes indefinidos ou advérbios interrogativos ocupem a posição de um sintagma nominal.

Tendo em vista a recorrência, nas gramáticas, das caracterizações supracitadas do aposto como termo de estrutura nominal, é importante revisar o seguinte conceito de Sintagma Nominal (SN) abordado por Azeredo (2000): “O SN comporta necessariamente um núcleo que, sendo um substantivo comum, poderá vir precedido de determinantes e precedido ou seguido de modificadores”.

Quanto à classificação do aposto nas gramáticas tradicionais, referente ao papel semântico exercido pelo termo, seja em forma de sintagma simples ou complexo, podemos observar uma diversificação. Ele restringe, explica, define, atribui qualidades, recapitula, principia várias circunstâncias, enumera, resume o fundamental que o antecede.

Podemos comprovar essa heterogeneidade classificatória, a partir dos estudos de Azeredo (2002, p. 196), por exemplo, que apresenta as possíveis funções sintático-semânticas do aposto:

- a) reiterar, por força de algum interesse ou necessidade discursiva, a identidade de um ser ou objeto (aposto Explicativo)
- b) introduzir um comentário com que se avalia ou se esclarece uma informação (aposto atributivo)
- c) particularizar a referência genérica de um substantivo (aposto especificativo)
- d) detalhar (aposto enumerativo) ou sintetizar (aposto recapitulativo) o conteúdo do SN fundamental

Bechara (*op. cit.*), em oposição a outros gramáticos tradicionalistas, classifica a aposição em *especificativa* e *explicativa*, e acrescenta o aposto *distributivo* e o *circunstancial*, o qual designa uma circunstância qualquer referente ao nome e que alguns autores preferem denominar de adjunto adverbial, como podemos ver no exemplo “A ti, *como general*, compete o comandar.”, em que o termo destacado seria considerado pelos tradicionalistas como um adjunto adverbial de condição e não como um aposto circunstancial.

2.2 A aposição sob uma perspectiva funcionalista

Como havíamos mencionado anteriormente, os estudos funcionalistas alargam seu escopo para além dos fenômenos estruturais, propondo a análise da situação de comunicação em que esses são empregados. Dito isto, optamos, na presente pesquisa, por seguir uma visão funcionalista da linguagem, uma vez que analisaremos não somente a estrutura gramatical das realizações apositivas, mas também procuramos focar a situação comunicativa em que essas foram empregadas - o gênero memória literária.

Para tal, nos baseamos nos estudos de Aquino (2001) que analisa a cláusula apositiva sob uma ótica funcional-discursiva. Segundo a autora em enfoque, no Brasil, em uma visão funcionalista, estão as propostas de Nogueira (1999) e de Dias (2005), as quais abandonam o estudo da língua em termos de categorias discretas absolutas e adotam uma categorização das construções apositivas por protótipos, ou seja, as construções apositivas passam a serem definidas não apenas por um traço, mas por um conjunto de traços característicos. Portanto, o protótipo da categoria das apositivas refere-se às construções que apresentam um maior número de traços característicos.

Vale destacar que nos firmaremos nas análises apresentadas por Nogueira (*op. cit.*), uma vez que Dias (2005) se detém a investigação das posições constituídas por orações e o nosso objeto de estudo abriga tanto posições oracionais quanto nominais.

Nogueira (1999), citado por Aquino (2001), apresenta três “condições” -as quais não devem ser consideradas, por si mesma, como necessárias para a existência de uma construção apositiva- para identificação da posição: identidade referencial, identidade funcional (distribucional) e identidade categorial.

No que tange à *identidade referencial* ou *correferência*, a autora supracitada, defende que apesar de a correferencialidade ser apontada como propriedade central da posição, ela não é condição necessária para que a estrutura seja dita apositiva, como ocorre com o aposto especificativo que não apresenta essa correferencialidade.

Quanto à *identidade funcional*, Nogueira *apud* Aquino (2001), sugere uma discussão mais acurada sobre o que vem a ser *atribuição* e *simetria*. Essa necessidade explica-se pelo fato de, para a maioria dos investigadores deste tema, a existência da identidade funcional está atrelada à possibilidade de suprimir e de permutar itens sem causar prejuízos à oração resultante, quando na verdade estes testes, segundo Nogueira (*op. cit.*) servem para caracterizar uma construção *simétrica* e nem sempre as construções apositivas apresentam simetria.

Já segundo Tesnière, citado por Aquino (2001), os testes de supressão e permutação estão relacionados a uma *sintaxe distribucional*, uma vez que o substantivo nuclear e o substantivo em posição são iguais, mas não são idênticos. Logo, essa “igualdade” é entendida como distribucional, pois o substantivo nuclear é actante do verbo, enquanto que o substantivo em posição é apenas atributo desse substantivo nuclear.

E, por último, no que se refere a condição da *identidade categorial*, apesar dos estudiosos, em sua maioria, concordarem que a posição envolve elementos de natureza nominal, Nogueira (*op. cit.*) apresenta que a natureza nominal e a identidade categorial entre os elementos não constituem condições necessárias para a existência de uma construção apositiva, já que pode se observar construções em que o segundo segmento é formado por uma ou mais orações e que elaboram um sintagma nominal ou sintagma adverbial presente no primeiro segmento.

Podemos compreender essa variabilidade dos critérios da caracterização da construção apositiva apontada por Nogueira (1999), pelo fato de a língua está sendo observada em seu uso real, em constante processo de interação, e não numa modelagem estanque. Contudo, a autora apresenta um traço comum entre as diversas construções apositivas: a sua natureza centrípeta (que gira em torno de um ser como o seu centro).

3 A transdisciplinaridade da memória

3.1 Situando a memória na perspectiva histórica

Inicialmente, é fundamental mencionar que existem dois tipos de memória -a memória individual e a Memória coletiva- e que o nosso enfoque como objeto de análise será a

memória individual enquanto gênero textual. No entanto para obtermos um conhecimento mais aprofundado desse assunto, julgamos importante apresentar alguns embasamentos teóricos sob outros pontos de vista.

A Memória, enquanto ato de relembrar momentos passados de nossas vidas, fazendo associações entre passado e presente a partir de uma realidade empírica, não é tão usual no mundo contemporâneo, pois esse está cada vez mais competitivo e exige a inovação, desvalorizando o ato de trocar experiências e até mesmo o de narrar histórias, conforme aponta Bosi (1994).

Contudo, segundo Bergson, citado no estudos de Bosi (1994), o modo de lembrar é espontâneo e livre, estando imbricado no nosso dia-a-dia, desde a simples memória-hábito que surge automaticamente em nossas ações para nos adaptarmos à cultura – como a ação de dirigir um automóvel-, até à percepção-pura que se trata de uma ocasião de maior profundidade, pois é “um momento único e singular da vida” - como o nascimento de um filho - que apresenta um caráter evocativo através de imagens-lembrança. Sintetizando melhor, a memória-hábito se relaciona às ações cotidianas, e é adquirida pela repetição que fazemos quase sem perceber. No início, quando tudo é novidade, e ainda não temos o saber adquirido, observamos com atenção as informações, que com o tempo e com o treino irão ser tornar um ato mecânico, executado, posteriormente, sem perceber. Já a lembrança singular é um marco social que fica como importante para o resto da vida do sujeito e do qual ele irá se referir no futuro como um acontecimento do passado.

O objetivo de Bergson (op. cit.) é provar que sem as lembranças, o passado não sobreviveria às gerações futuras e o conhecimento se resumiria ao ato presente. Em contraposição a essa concepção de memória individual e intacta, Halbwachs, também citado por Bosi (1994), afirma que lembrar não consiste em reviver, mas refazer, reconstruir, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Logo, a memória não é somente sonho, mas trabalho, pois a lembrança é instituída a partir do presente e relaciona-se aos quadros sociais (família, escola, classe social, etc) e às influências externas ao sujeito. Do mesmo modo, ele defende que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo e podem, a partir dessa vivência em grupo, serem reconstruídas ou simuladas.

Existem lugares da memória, particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, com ou sem apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória do sujeito, independentemente da data real em que a vivência se deu.

Tendo visto os estudos apresentados por Halbwachs e Bergson, podemos observar que o modo de lembrar envolve tanto o social quanto o individual, e que a memória é de fundamental importância para a História, pois contribui fortemente para o registro oficial dos acontecimentos fixados em documentos reconhecidos por essa ciência que merecem destaque. Não obstante, informações orais também se constituem em material para a memória e são de primordial importância.

A partir dos autores supracitados, podemos perceber que a existência da memória é marcada por vários planos que estão pragmaticamente relacionados entre si, entre os quais podemos destacar o do sujeito com o mundo; dos sujeitos entre si; das histórias pessoais (narrativas, relatos de vida) com as histórias coletivas (episódios sociais, acontecimentos históricos, ações coletivas); das lembranças com os esquecimentos.

A partir do estudo de Le Goff (1997) sobre a memória histórica, podemos depreender o valor da memória coletiva para história na construção de identidades, sejam elas individual ou social, uma vez que a memória nutre a história preservando o passado para servir de base para o presente e o futuro. Logo, deve-se considerar a realidade do passado, pois algo que aconteceu já teve um lugar relevante do mesmo modo de fatos que ocorrem atualmente.

Por se tratar de um estudo abrangente, a memória se enquadra em outras diversas áreas como na Sociologia, na Psicologia, na História, na Linguística, etc. Dentre essas, enfocaremos a perspectiva da Linguística, no tópico seguinte, para entendermos a importância da linguagem para constituição do gênero memória literária no espaço escolar.

3.2 Situando o gênero memória literária na perspectiva linguística

Tendo em vista a grande importância atribuída à memória para a sociedade, devemos considerar também a relevância do concurso “Olimpíada de Língua Portuguesa”, oferecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) ao propor como uma das ferramentas didáticas para o desenvolvimento da leitura e da escrita do aluno, uma sequência didática do gênero memória literária – narrativas produzidas por escritores que, ao rememorar o passado, integram ao vivido e ao imaginado- no intuito de instigar os jovens a conhecer a história do lugar onde vivem por meio do olhar de antigos moradores e a valorizar essas experiências, descobrindo-as como parte da sua identidade social.

Durante a trajetória de nossas vidas, passamos por acontecimentos que ficam marcados para sempre: uma travessura, um passeio, uma festa, uma viagem. Esses são momentos que ao serem recordados, podem despertar emoções tanto do narrador e/ou escritor quanto do leitor/ouvinte, a partir do encanto e do trabalho com a linguagem. Isso implica afirmar que qualquer sujeito em uma determinada situação de linguagem é capaz de produzir o gênero memória.

A linguagem existe a serviço da interação e possui a função de mediação por intermédio da palavra nas práticas sociais entre os homens, permitindo assim a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los. Em uma perspectiva interacionista, o autor de um texto, oral ou escrito, utiliza-a para interagir com o seu interlocutor, por isso, trabalhar a linguagem em situação de ensino não é ensinar as palavras, mas seus significados culturais e sociais.

No gênero memória literária, a linguagem é um instrumento de fundamental importância, uma vez que para expor uma recordação precisamos narrá-la e/ou escrevê-la. O resultado disto é que a linguagem é vista como informação armazenada e processada na/pela memória, a partir de recuperação imediatas, voluntárias e conscientes do passado.

Os gêneros do domínio discursivo do “narrar” parecem ser os que estão mais próximos da vida cotidiana do sujeito, já que, a todo o momento, ele se depara com situações nas quais ele ouve ou precisa contar algo. Situada entre os gêneros narrativos, a memória literária, o relato pessoal são gêneros com o qual o sujeito convive diariamente, ainda que não tenha consciência disso, uma vez que a narração de fatos passados na vida daquele que expõe sua história é uma atividade recorrente.

Ao manipular a Memória, a fim de construir um mundo discursivo, estabelecendo relações lógicas entre os fatos narrados, o sujeito pode falar sobre vários aspectos: o modo de vida das pessoas – o jeito de namorar, o modo de vestir, festejar datas especiais-; como eram as escolas, as brincadeiras de infância, as festas em família e os seus costumes, a transformação da cidade ou do lugar, as profissões que desapareceram – as datilógrafas e suas máquinas de escrever, os leiteiros e padeiros que vinham com suas carrocinhas nas cidades grandes, eventos marcantes – um grande acidente, uma grande enchente, etc.

O gênero em questão, muito mais que “contar uma história real”, leva à avaliação das causas dessa história e de suas repercussões na vida atual, a partir de experiências. Por isso, a funcionalidade desse gênero, não é somente a de informar, mas a de refletir, e, por ser pautado na subjetividade, induz a um caráter impreciso, devido aos índices de incerteza e de oscilação no procedimento rememorativo.

No que diz respeito às características linguístico-discursivas, como afirma Clara & Altenfelder (2008), os escritores da memória literária recorrem a critérios estéticos que atribuem ao texto ritmo e conduzem o leitor por situações e cenários rememorados, tais como o uso de figuras de linguagem, expressões em primeira pessoa, verbos que remetem ao passado, palavras inerentes à época evocada, expressões que situam o leitor na época narrada como, por exemplo, “naquele tempo”, e participações de pessoas presentes nas lembranças dos entrevistados.

Tendo abordado os principais pressupostos teóricos nos quais nos baseamos para a análise dos nossos estudos, nos deteremos na seção seguinte aos possíveis resultados obtidos.

4 Manifestações funcional-discursivas das construções parentéticas na memória literária

Tendo em vista a perspectiva funcionalista adotada em nossa pesquisa, optamos por adotar a terminologia apontada por Perini (1995) para o “aposto” -construção parentética-, em contraposição à da Gramática Tradicional, como indica o título acima.

No *corpus* analisado, pudemos ratificar o uso recorrente de construções parentéticas na planificação textual da memória literária bem como as várias funções desempenhadas por elas, de acordo com o objetivo do autor de cada texto. No intuito de compreendermos melhor a afirmação supracitada, delinearemos a seguir os resultados da investigação dos nossos dados, apontando as diversas funções discursivas das construções apositivas (caso especial de parentético), sejam elas nominais ou oracionais, em uma escala decrescente de recorrência.

4.1 Função de “descrição”

A construção parentética com função de descrição foi a que teve maior incidência no *corpus* analisado, somando um total de dezoito ocorrências nas quatro memórias observadas.

Vejamos o exemplo abaixo:

Ex. 01

[...] Depois do almoço, continuávamos nosso turismo carioca. Papai e mamãe, mais o primo - *feliz* proprietário de uma “baratinha” -...nos levavam,... (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 1)

Como podemos ver no exemplo transcrito acima, retirado da memória 1 (ver anexo A), a descrição é construída estruturalmente através de uma construção parentética, a qual é inserida entre dois travessões, para descrever o termo anterior “primo”.

O autor, ao recordar um evento passado, sente a necessidade de descrever a característica do seu primo “feliz proprietário de uma “baratinha”, tendo em vista que ao narrar a sua história sobre o passeio turístico carioca com a sua família, apresenta inicialmente essa informação, que é de fundamental importância para o interlocutor saber como eles se locomoviam pela cidade, através do veículo do primo denominado “baratinha”.

Ainda para comprovar a recorrência da construção parentética com função de descrição, observemos os fragmentos retirados da memória 4 (ver anexo D) escrita pela aluna finalista da 3ª edição do Prêmio Escrevendo o Futuro.

Ex. 2

Quando não chovia, sobrava tempo para brincar só aos domingos. Então, eu - Pajé - e minha turma nos reuníamos na mata, *que se misturava com o terreiro das casas.*

Nele, construíamos cabanas, arcos, flechas, tacapes. Pintávamos o corpo todo com barro e frutinhas da mata. Assim, *sentindo-nos como heróis*, brincávamos de índios guerreiros, até o sol se esconder. (FRAGMENTOS DA MEMÓRIA 4)

Nos destaques ilustrados acima, podemos ratificar a presença de duas posições parentéticas que podem ser consideradas como descritivas. A primeira, representada por uma oração relativa explicativa, descreve o local das “brincadeiras de Pajé” do autor com os seus amigos, quando criança “...na mata, que se misturava com o terreiro das casas.”. Já a segunda, inserida entre vírgulas, descreve a sensação e o deslumbramento das crianças “sentindo-nos como heróis.”

As descrições observadas nas memórias, normalmente, são referentes a pessoas, locais, objetos, eventos e sensações. Portanto, podemos inferir que essa forte incidência da descrição, decorre do fato do autor sentir a necessidade de, ao evocar suas lembranças e narrá-las para alguém, situar os pormenores da sua história, enriquecendo as imagens e sensações para o seu interlocutor. Isso quer dizer que, devido aos índices de incerteza e de oscilação no procedimento rememorativo, o escritor da memória, além de narrar sua experiência, ainda descreve os elementos mais marcantes, tentando restabelecer o percurso dos eventos e recriando não o que se vê, mas o que se imagina.

4.2 Função de “avaliação”

Nessa função, segunda mais recorrente nas memórias literárias analisadas, o autor acrescenta uma informação para avaliar o que afirma no termo *fundamental*, porém sem afetar a coesão entre a informação primária e a informação nova, como podemos comprovar a partir do exemplo que segue:

Ex. 3

E finalmente, coroados tudo, as escolas de samba, e o desfile feérico dos enormes carros alegóricos das sociedades carnavalescas - *coisa absolutamente inédita para nós* - com seus nomes esquisitos, "Fenia-nos", "Tenentes do Diabo" - *cada qual mais imponente, mais fantástico, mais brilhante, deslumbrante, mais mirabolante* - e, para mim, nada menos que achapante! (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 1)

No exemplo supracitado retirado da memória 1, verificamos duas construções parentéticas, inseridas entre travessões, ambas com função de avaliação. Na primeira, o autor faz uma avaliação dos desfiles das escolas de samba “coisa absolutamente inédita para nós”, enquanto que na segunda, o julgamento é voltado para os carros alegóricos “cada qual mais imponente, mais fantástico, mais brilhante, mais deslumbrante, mais mirabolante”.

Também podemos observar a incidência dessa função na memória 4, como podemos ver abaixo:

Ex. 4

A engraxadeira era muito grande e pesada para meu tamanho - *eu era apenas um garoto!* Mas era a única forma de ajudar minha mãe no sustento da família. (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 4)

No fragmento transcrito acima, o autor afirma algo “A engraxadeira era muito grande e pesada para meu tamanho” e para convencer o seu interlocutor sobre o que ele afirmou, acrescenta o seu julgamento “eu era apenas um garoto!”.

Assim como as demais construções parentéticas, essa com a função de avaliação é de fundamental importância para a construção da memória, já que se trata de um gênero textual pautado na subjetividade e que não apresenta somente a funcionalidade de informar, mas a de

refletir também. Logo, podemos confirmar o deslize da gramática tradicional, ao afirmar que o aposto pode ser retirado do texto sem causar prejuízos.

4.3 Função de “esclarecimento”

A função de esclarecimento está relacionada à função básica da aposição: esclarecer, explicar, explicitar o termo *fundamental*, isto é, o segmento anterior e também foi recorrente nas memórias analisadas.

Observemos o exemplo seguinte:

Ex. 5

... infringiam as regras de trânsito, muitas vezes chegando ao abuso de alcançar mais de 20 quilômetros à hora, *velocidade permitida somente nas estradas*. Fora esse detalhe, *o do trânsito*, a cidade crescia mansamente. (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 3)

A partir do exemplo acima, retirado da memória 3 “Os automóveis invadem a cidade” (ver anexo C), podemos perceber a importância dos esclarecimentos oferecidos pelo autor para a compreensão da informação oferecida no tópico anterior, através da estrutura parentética entre vírgulas.

Na primeira construção parentética, o esclarecimento “velocidade permitida somente nas estradas” é de suma relevância para o entendimento do interlocutor e para o objetivo pretendido pelo autor - situar o leitor no acontecimento evocado-, pois a afirmação anterior de que “os motoristas chegavam ao abuso de alcançar mais de 20 quilômetros à hora”, pode parecer estranho se comparado aos hábitos atuais da grande São Paulo, porém se considerado o tempo no qual o autor está situado, ao narrar a sua história, o esclarecimento oferecido pela apositiva é coerentemente adequado.

Já na segunda construção parentética, a função de esclarecimento é visivelmente perceptível ao explicitar a qual detalhe ele se refere na menção do seu texto “o do trânsito”.

Para reforçar o valor da função de esclarecimento na memória, vejamos mais um exemplo retirado da memória 2 “viver para contar” (ver anexo B):

Ex. 6

Nós, *meninos*, tínhamos então a ilusão de fazer bolas com as neves perpétuas e brincar de guerra nas ruas abrasadoras. (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 2)

No destaque em negrito acima, representado por um sintagma nominal simples, e constituído pela estrutura parentética entre vírgulas, evidenciamos a função de esclarecimento ao leitor do segmento anterior “nós”, ao encaixar o segmento “meninos”.

A função, em destaque, permite inferir a preocupação do autor do texto com o seu interlocutor, em sua produção, ao sentir a necessidade de compartilhar informações que ele julga serem desconhecidas pelo leitor.

4.4 Função de “ênfase”

A ênfase é uma função utilizada pelo autor da memória literária, no intuito de reforçar a informação repassada no termo anterior. Podemos comprovar essa afirmativa, a partir do trecho seguinte, retirado da memória 1:

Ex. 7

Vi muitos carnavais depois daquele, *participei mesmo de vários*, e curti-os muito. Mas nada, *nunca mais*, se comparou com aquele primeiro carnaval no Rio de Janeiro,... (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 1)

Os destaques em negrito do trecho acima, representados por construções parentéticas, permitem constatar que o escritor quer transmitir para o seu leitor, a dimensão da sua participação em outros carnavais “participei mesmo de vários” e o efeito marcante do primeiro carnaval no Rio de Janeiro “nunca mais”.

Podemos compreender a importância desse recurso utilizado pelo produtor da memória – a ênfase- ao considerarmos que o contexto de realização da escrita é diferente do contexto da fala. Na fala, os falantes estão em presença e o enunciado se constrói ao mesmo tempo em que há interação dos interlocutores e pode haver negociações entre os interlocutores do processo de produção, planejamento e execução do que está sendo dito. O falante monitora a própria fala, utiliza a entonação, gestos e expressões para acrescentar sentido ao que está sendo dito. Enquanto que na escrita, há um distanciamento entre o escritor e leitor, pois eles ocupam tempo e espaço diferente, embora a interação não seja excluída desse processo, já que quem define o estilo, a linguagem e o gênero do texto escrito é o próprio leitor.

Em síntese, como no texto escrito, a exemplo da memória literária, o autor não pode evidenciar os marcadores conversacionais como a entonação, os gestos, ele utiliza-se da ênfase para dar relevo e robustecer à sua informação. Além disso, a construção parentética com função de ênfase, ainda pode propiciar um esclarecimento minucioso, para o leitor da memória, sobre o conteúdo temático lembrado, como podemos evidenciar no exemplo seguinte, o qual foi extraído da memória 2 (ver anexo B), em que o autor do texto, enfatiza a inverossimilhança do calor e elucida para o seu possível interlocutor, que esse fenômeno aumenta durante o período da sesta “sobretudo durante a sesta”:

Ex. 8

Pois o calor era tão inverossímil, *sobretudo durante a sesta*, que os adultos se queixavam dele como se fosse uma surpresa a cada dia. (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 2)

4.5 Função de “explicitação da denominação de uma palavra no contexto”

O uso da construção parentética com essa função também foi recorrente no gênero em análise, com o objetivo de explicar determinada palavra que surge no contexto do texto e o autor sente a necessidade de compartilhar o seu conhecimento com o interlocutor, pressupostamente desavisado, para ser totalmente compreendido, como podemos corroborar a partir do exemplo abaixo:

Ex. 9

...e todo o mundo se comunicando, como se fossem velhos conhecidos, se tocando, brincando, flertando - *era assim que se chamavam os namoricos fortuitos, a paquera da época* -, tudo numa liberdade e descontração incríveis, especialmente para aqueles tempos tão recatados e comportados... (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 1)

No exemplo ilustrado acima, que se refere à memória “Transplante de menina”, o autor explicita o significado da palavra flertando “era assim que se chamavam os namoricos fortuitos, a paquera da época”. Isso acontece, porque o autor, situado sócio-historicamente em um tempo moderno (2003- ano de publicação da obra), faz um *flash-back* e utiliza-se do

léxico inerente à sua época de criança. Nesse caso é evidente a preocupação do autor com a compreensão do seu interlocutor, tendo em vista que além de explicitar a denominação ele ainda compara com a denominação atual da mesma palavra “paquera”.

Essa variabilidade terminológica de determinadas palavras, confirma que o léxico da língua portuguesa amplia-se de modo dinâmico e flexível, pois os usuários da língua habitualmente criam novos itens lexicais na interação, os quais podem vir a se institucionalizar. Essa complexidade com as quais as palavras são empregadas, diariamente, faz do estudo da língua um fato dinâmico e rico, em que léxicos surgem e desaparecem diariamente, podendo tanto esvaziar-se de seus sentidos primeiros, quanto assumir os mais inesperados ou ampliar-se para atender à necessidade do tempo presente em que são proferidos.

Ainda para evidenciar o grande valor da função supramencionada, observemos o exemplo subsequente:

Ex. 10

A chuva caía e formava muita enxurrada que, com sua força, trazia a terra misturada. Parecia uma cascata de chocolate que despencava no valetão - *buraco muito profundo provocado pelas enxurradas, erosão.*

(FRAGMENTO DA MEMÓRIA D)

A construção parentética com função de explicitação de denominação da palavra “valetão” é fundamental para a compreensão do enredo da narrativa, tendo em vista que alude ao título da memória “O valetão que engolia meninos e outras histórias de Pajé”. Se o escritor não acrescentasse essa informação “buraco muito profundo provocado pelas enxurradas, erosão”, o interlocutor poderia fazer uma superinterpretação por causa da metáfora “engolir meninos” e não compreender o desfecho da história.

4.6 Função de “explicação”

A função de explicar, desenvolver uma ideia do termo anterior, justificar, é considerada, pela gramática tradicional, como sendo um dos principais atributos do aposto. Contudo, essa função foi a menos recorrente nas memórias literárias analisadas.

Vejamos o exemplo a seguir:

Ex. 11

Todos os dias de manhã ia à escola e, ao retornar, mal acabava de almoçar, pegava a engraxadeira, colocava nas costas para a rua, *quer dizer, para o trabalho.* (FRAGMENTO DA MEMÓRIA 4)

A partir do trecho acima, retirado da memória podemos perceber que o escritor do texto insere uma explicação paralela “quer dizer, para o trabalho”, provocando uma suspensão temporária na progressão textual-discursiva e objetivando garantir a compreensão do seu interlocutor, de que o seu intuito ao colocar a engraxadeira nas costas e sair para a rua é o de trabalhar e não o de passear ou brincar, por exemplo.

Embora seja menos incidente, essa função de explicação se articula às outras já mencionadas ao longo desse estudo, para corroborar a preocupação do escritor da memória literária com o leitor do seu texto.

5. Considerações Finais

Conforme afirmamos na introdução, esta pesquisa, de cunho funcionalista, teve como objetivo refletir sobre o uso e a recorrência da construção apositiva como estratégia funcional-discursiva na produção da memória literária, baseado na seguinte questão-problema: Como se dá a realização da aposição na construção funcional-discursiva do gênero memória literária? Responder a essa questão significa atender diretamente ao objetivo específico: “Descrever o processo de manifestação da aposição no gênero memória literária”

No que diz respeito ao processo da manifestação funcional-discursiva das construções apositivas (caso especial de parentéticos) na memória literária, verificamos que elas apresentaram funções distintas que atenderam a determinados objetivos do escritor, o qual buscava estabelecer um determinado tipo de relação com o seu interlocutor. Isso mostra, de certa forma, que o autor compreendeu que ao escrever devia haver um diálogo entre o produtor e o leitor-externo, como defende Sautchuk (2003), no seu estudo “A produção dialógica do texto escrito”. Além disso, para comprovar o uso real e efetivo das apositivas, podemos perceber que elas foram utilizadas pelos escritores na organização macroestrutural do texto, tanto nas obras selecionadas para estudo e apropriação linguístico-discursiva do gênero memória, quanto pelos alunos finalistas da terceira edição do Prêmio Escrevendo o Futuro.

A função que teve maior incidência no *corpus* analisado foi a de descrição, através da qual o escritor subsidiou-se para descrever lugares, pessoas, objetos ou eventos que foram marcantes em determinada etapa da sua vida. O elemento descrito apresenta-se transfigurado de acordo com a sensibilidade de quem o descreve. O autor procura transmitir a impressão, a emoção que a realidade lhe causa. Dessa forma, verificamos que o escritor da memória, ao tentar representar a realidade, por meio da linguagem, particularizou as imagens que mais lhe impressionaram, para repassar para o seu interlocutor, da forma mais detalhada e autêntica possível, uma vez que esse poderia desconhecer os hábitos inerentes ao tempo mencionado. Isso, provavelmente, também se justifica pelo fato de a memória ser seletiva, ou seja, nem tudo ficar registrado na consciência do indivíduo.

Evidenciamos também que a construção apositiva com função de avaliação foi de grande relevância para a memória literária, pois possibilitou evidenciar o seu caráter, eminentemente, subjetivo, permitindo ao autor posicionar-se diante do fato relatado.

Assim como as funções supramencionadas, utilizadas pelo locutor do texto, as demais funções analisadas - esclarecimento, ênfase, explicitação da denominação de uma palavra no contexto e explicação- também funcionaram como um elemento de interação com o interlocutor, marcando o reforço, esclarecendo, explicando a informação dada, isto é, procurando ser explícito para sustentar o diálogo e conseguir êxito na comunicação.

Em suma, adotando-se uma visão funcionalista do processo textual-discursivo da memória literária, procurou-se mostrar que a aposição, seja em forma de sintagma nominal ou oracional, não pode ser considerada como um "termo acessório", como defende a perspectiva do ensino tradicional das gramáticas nas escolas, que se resume, unicamente, à aplicação e imposição de um único padrão linguístico. O “Aposto”, pelo contrário, serve justamente para acrescentar conhecimentos que são julgados necessários como compartilhados para um evento discursivo, e, portanto, pode ser um conteúdo de fundamental importância para ser trabalhado em sala, se abordado a partir de uma perspectiva funcional-discursiva em uma situação sócio comunicativa real: os gêneros textuais.

Com essas observações, acreditamos responder à questão-problema posta na introdução deste trabalho, assim como acreditamos ter atingido o objetivo específico que norteou nossas investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Fernanda Abreu e Silva. **Construções apositivas**: uma instanciação da relação semântica de elaboração. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro- 122 p

AQUINO, Lucília Castanheira de. **A cláusula apositiva**: estrutura articuladora do discurso. 2001. 149 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, [2001]

AZEREDO, J.C. **Iniciação à Sintaxe do Português**. 8. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000

AZEREDO, J. C. **Fundamentos da gramática do português**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Programa de desenvolvimento profissional continuado** / Parâmetros em Ação / Ministério da Educação, Brasília: A Secretaria, 1998.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**: com numerosos exercícios.- 31. ed. - Sao Paulo : Nacional, 1989.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de lingüística**. São Paulo, Contexto, 2008.

CUNHA, C. ; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CLARA, Regina Andrade; ALTENFELDER, Anna Helena. **Se bem me lembro...**/ 1. Memórias (Gênero literário) 2. Olimpíada de Língua Portuguesa 3. Textos - São Paulo: Cenpec: Fundação Itaú Social; Brasília, DF: Mec, 2008.

DIAS, Nilza B. **Cláusulas apositivas em português:** estatuto sintático- discursivo. Comunicação no GEL. Santo André. SP. Julho de 2005a, no prelo.

_____. **Cláusulas apositivas “desgarradas” em português:** estatuto sintático discursivo. Veredas/ UFRJ, 2005b, no prelo.

FARACO, C. E. & MOURA, F. M. de. **Gramática.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1988

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística funcional:** teoria e prática. R. de Janeiro: Faperj/DP&A, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Memória.** In: Enciclopédia Einaudi v.1. memória-história. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997a. p. 11-50.

LE GOFF, Jacques. **Passado/presente.** In: Enciclopédia Einaudi v.1. memória-história. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997b. p. 11-50.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NASCIMENTO, Maria Luiza Guedes. **A organização textual em função da distribuição da informação no interior do período:** considerações teóricas. Disponível em: <http://www.cefetba.br/comunicacao/etc1a3.htm>, 12/02/2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática.** São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. **A aposição não restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil.** Tese de doutoramento - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - São Paulo, ed. Da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita - Araraquara: 1999.

OLIONI, Raymundo da Costa. **Tema e N-Rema:** a construção do fluxo de informação em textos narrativos sob uma perspectiva sistêmico-funcional. 2010. Dissertação (Mestrado na área da Linguística Aplicada) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 196 p.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/ SEF, 2001. 106 p.

PERINI, Mario A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

SAUTCHUK, Inez. **A produção dialógica do texto escrito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VILELA, M.; KOCH, I. V. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001. p. 508-525